



PODER / Após meses de fritura e críticas pela falta de entregas de sua gestão, Cida Gonçalves é exonerada. A nova titular, Márcia Lopes, tem a missão de dar mais visibilidade ao ministério e melhorar a imagem de Lula para o público feminino

De olho em 2026, troca na pasta das Mulheres

» VICTOR CORREIA
» EDUARDA ESPOSITO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva demitiu, ontem, a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, após a titular da pasta enfrentar meses de fritura. Em seguida, o chefe do Executivo deu posse à substituta, Márcia Lopes, que foi ministra do Desenvolvimento Social no fim do segundo mandato de Lula, em 2010.

De olho nas eleições de 2026, o governo espera que Márcia faça uma gestão combativa, com mais entregas e visibilidade nas redes sociais. A troca mantém a pasta sob o comando do PT, partido ao qual tanto Cida quanto Márcia são filiadas.

A agora ex-ministra era criticada dentro do governo pela falta de entregas de sua gestão. Além disso, foi alvo de denúncias por assédio moral contra servidores.

Márcia e Cida estiveram juntas no encontro, ontem, com Lula no Palácio do Planalto. Elas também conversaram com a imprensa após o anúncio. Ressaltaram que haverá continuidade na gestão do ministério, em acenos para minimizar o impacto da demissão da então ministra.

Questionada sobre a exoneração, Cida atribuiu a uma “mudança de momento” e negou ter cometido irregularidades. “Eu estou tranquila, leve, feliz. Não é uma troca por incompetência, por assédio, por rixa. Não é isso. É uma troca de rumo, de momentos”, sustentou. “Tem hora que você está no limite do esgotamento daquilo que você pode avançar, ampliar. E gente nova chega com novo olhar, com uma outra perspectiva.”

Ela afirmou que não vai assumir nenhum outro cargo no governo e que voltará ao movimento de mulheres. “Estamos em um momento em que se precisa renovar algumas coisas. Acho isso importante. Tenho mais o perfil de gestora e também quero voltar para o campo de onde eu venho. Então, isso é uma construção

Ricardo Stuckert / PR



Márcia Lopes assina o termo de posse, diante de Cida Gonçalves e Lula: presidente espera gestão mais combativa da nova titular da pasta

Reprovação

Pesquisa Genial/Quaest, divulgada em 2 de abril, apontou que a avaliação negativa do governo Lula superou a positiva entre as mulheres. São 53% as mulheres que reprovam a gestão federal, enquanto 43% a aprovam e 4% não souberam responder. A reprovação disparou em relação à rodada anterior, de janeiro, quando 49% das mulheres disseram aprovar o governo, enquanto 47% o rejeitavam, situação que configurava um empate técnico, dentro da margem de erro do levantamento.

minha e do presidente, com muita tranquilidade”, pontuou.

Cida foi denunciada à Comissão de Ética Pública (CEP) da Presidência da República após supostos casos de assédio moral relatados por servidores do ministério. Ela também teria se omitido em um caso de racismo cometido contra uma funcionária. A CEP arquivou o processo em fevereiro, por falta de provas.

“Foi arquivado o processo na Comissão de Ética. Apesar de isso estar sendo dito permanentemente, isso foi arquivado. Não existe. Nós não temos denúncia no Ministério das Mulheres. Portanto, isso é tranquilo, tanto para mim quanto para o presidente”, frisou Cida. Por sua vez, Márcia Lopes

disse estar honrada com o convite e afirmou que dará continuidade ao trabalho de Cida. Segundo ela, o maior desafio é fazer com que as ações cheguem a todas as mulheres do país.

“O presidente Lula disse que ele quer ver as mulheres mais contentes, mais protegidas, quer que as mulheres, em cada um dos 5.572 municípios neste país, sintam-se respeitadas, acolhidas, ouvidas e escutadas”, disse. “Que nenhuma mulher deixe de comer porque não tem dente na boca, que não tenha que dormir num barraco onde tem goteira, que não tenha que perguntar a linha do ônibus porque é analfabeta. Que as mulheres deixem de sofrer tanta violência”, acrescentou.

» Perfil

Márcia Lopes foi ministra do Desenvolvimento Social em 2010, no segundo mandato do presidente Lula. Antes, foi secretária-executiva da pasta e secretária nacional de Assistência Social. A nova ministra também tem experiência em cargos eletivos. Foi vereadora de Londrina de 2001 a 2004. Filiada ao PT desde 1982, ela tem 67 anos. É irmã de Gilberto Carvalho, quadro histórico do PT que já foi ministro da Secretaria-Geral da Presidência de Dilma Rousseff e chefe de gabinete de Lula de 2003 a 2010.

Julgamento de golpistas

» LUANA PATRIOLINO

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) inicia, hoje, o julgamento de mais sete acusados de participar da tentativa de golpe de Estado para manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder. Os alvos são os integrantes do chamado núcleo 4 — apontados como responsáveis por organizar ações de desinformação nas redes sociais sobre o processo eleitoral.

Os acusados são: Ailton Gonçalves Moraes Barros (major da reserva do Exército), Ângelo Martins Denicoli (major da reserva), Giancarlo Gomes Rodrigues (subtenente), Guilherme Marques de Almeida (tenente-coronel), Reginaldo Vieira de Abreu (coronel), Marcelo Araújo Boromet (policia federal), e Carlos Cesar Moretzsohn Rocha (presidente do Instituto Voto Legal).

Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), o material produzido pelo grupo era repassado para influenciadores digitais, que disseminavam as notícias falsas sobre as eleições. “Todos estavam cientes do plano maior da organização e da eficácia de suas ações para a promoção de instabilidade social e a consumação da ruptura institucional”, diz a denúncia.

Para essa remessa, o presidente do colegiado, ministro Cristiano Zanin, reservou três sessões: manhã e tarde de terça-feira e, se necessário, a manhã de quarta-feira. O julgamento contará com a leitura do relatório do ministro Alexandre de Moraes, com as sustentações orais das defesas dos denunciados no STF além da própria denúncia do procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Até o momento, 14 acusados viraram réus pela trama golpista, entre eles, Bolsonaro, apontado como o líder da trama.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Suposto assédio e queda nas pesquisas provocaram troca de ministras

“O que é uma mulher?” A intelectual francesa Simone Lucie-Ernestine-Marie-Bertrand de Beauvoir (1908-1986), mulher do filósofo Jean-Paul Sartre, com quem nunca se casou, respondeu essa indagação. Foi a partir dela que o feminismo emergiu na política, depois da publicação de *O segundo sexo* (Nova Fronteira), em 1949, obra seminal da autora. As mulheres ganhavam menos do que os homens, eram privadas de direitos políticos e sujeitas às mais diversas e perversas formas de opressão.

Para Simone, era essencial distinguir entre ser fêmea e ser mulher, rejeitar a teoria do “etero feminino” (a feminilidade era usada para justificar a desigualdade) e destacar a “alteridade” das mulheres em relação aos homens. Ou seja, ser mulher e ser “feminina” são coisas diferentes. Segundo ela, formada pelas

expectativas da sociedade, a mulher pode transcender essas limitações por sua livre escolha.

A filósofa francesa definiu o conceito de “sexismo” como os preconceitos e as pressuposições em relação às mulheres. Existencialista, analisou a condição das mulheres na psicanálise, na história e na biologia. Seu livro provocou muitas controvérsias, devido à abordagem de temas como a homossexualidade feminina e o casamento, ao qual atribuía a submissão e o isolamento das mulheres.

“Na sociedade, nada é natural, a mulher é um produto elaborado pela civilização”, dizia. Os homens tinham o atributo de “sujeito” e as mulheres eram classificadas como “o outro”. Homens eram livres para definir seu próprio papel na vida, enquanto as mulheres eram obrigadas a aceitar papéis submissos. Segundo Simone, apenas

por meio da colaboração entre homens e mulheres poderia se redefinir os papéis de gênero.

“Não se nasce mulher, torna-se mulher.” Foi a partir dessa frase de Simone que Betty Friedan, em 1963, liderou a radicalização feminista da década 1970 contra a sociedade patriarcal. O mundo nunca mais foi o mesmo. O feminismo redefiniu as fronteiras da política, entre o pessoal e o social, o público e o privado. O slogan “o pessoal é político” marcou o feminismo dos anos 1960.

A definição biológica do sexo feminino (cromossomos, órgãos reprodutivos e gestação) foi subvertida social e culturalmente. A identidade de gênero é definição pessoal, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascer. Uma mulher pode ser cisgênera (coincide com o sexo atribuído) ou transgênera (o gênero não

coincide), independentemente de bondade, empatia, sensibilidade e carinho. O papel social é multifacetado: mãe, esposa, filha, irmã, amiga, profissional. Entretanto, a definição de mulher é ainda mais complexa, porque identidade de gênero e a expressão de gênero devem ser considerados.

Identitarismo

Até que ponto essas questões têm a ver com a demissão da ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, e sua substituição pela ex-ministra do Desenvolvimento Social Márcia Lopes? A ministra era ligada à primeira-dama Janja da Silva, que está em Moscou desde sábado, enquanto sua substituta foi indicada pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Irmã do ex-ministro petista Gilberto Carvalho, é petista de carteirinha.

Há duas versões para os motivos da demissão de Cida, que não se excluem: foi acusada de assédio moral e racismo por funcionários da pasta, denúncia rejeitada pela Comissão de Ética Pública (CEP) da Presidência da República. Teria oferecido dinheiro para a campanha eleitoral de 2026 a uma secretária da pasta em troca de sua demissão. No depoimento à comissão, a ex-ministra disse que cancelava todos os compromissos para atender à primeira-dama Janja e que “enrolava” outros ministros.

A outra versão é de que teria sido demitida por incompetência, o que teria aumentado a rejeição de Lula entre as mulheres. Ao tomar posse, de certa forma, Márcia Lopes corroborou a tese, ao afirmar que Lula “quer ver as mulheres mais contentes”. Seu maior desafio será fazer com que os serviços públicos cheguem às mulheres de todo o país. Apesar da narrativa da incompetência, a questão pode ser bem outra.

Lula teve a maioria dos votos femininos por causa de suas políticas sociais, que empoderaram

as mulheres na relação familiar, como o Bolsa Família, e devido à misoginia do ex-presidente Jair Bolsonaro, sobretudo na classe média. A inflação, a violência, o déficit de assistência na saúde e a baixa qualidade do ensino com certeza impactam negativamente sua imagem junto às mulheres.

Mas não é apenas isso. As políticas identitárias do governo, sobretudo do PT, focadas na igualdade de gênero e na diversidade sexual, eixo de atuação do Ministério das Mulheres até aqui, são um prato cheio para o discurso machista e reacionário. Sobre tudo junto às famílias de baixa renda, que se sentem ameaçadas pela revolução dos costumes.

Essa é uma batalha perdida junto às famílias cristãs das periferias, inclusive, católicas. Com base em pesquisas de opinião, o governo tenta reverter esse quadro e pretende mudar o eixo de atuação do Ministério das Mulheres para temas como saúde, educação, violência e habitação. O feminismo, o identitarismo e a diversidade de gênero vão para o congelador.